

Exmo. Senhor,  
Dr. Nuno Lacasta  
Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9-9º, Zambujal  
2721-865 Amadora

C/C Gabinete Secretário de Estado do Ambiente

N/ Ref. S501160004 V/ Ref.  
Data 06-01-2016  
Assunto Novo Modelo de Fixação de Valores de Contrapartida

Na sequência de reunião realizada no passado dia 18 de Dezembro a qual tinha como objetivo efetuar uma análise conjunta do modelo de Valores de Contrapartida que a APA se encontra a desenvolver no contexto do SIGRE, foi-nos dado a conhecer o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos pelo IST, entidade a quem a APA terá solicitado apoio para esta tarefa.

Para além da breve apresentação que foi efetuada pelo Professor Rui Cunha Marques foi posteriormente, por nosso pedido, disponibilizado um relatório Draft do trabalho até este momento desenvolvido, o qual permitiu confirmar algumas indicações que os SGRU's tinham intuído da apresentação efetuada.

Em particular, e ao contrário do que foi transmitido pelo IST durante da reunião, pudemos confirmar que o modelo agora definido não é mais na sua base do que uma reprodução do modelo proposto pela Sociedade Ponto Verde (SPV) na sua Licença o qual foi objeto de análise conjunta entre essa entidade e os subscritores desta carta durante o primeiro semestre de 2013.

Esta situação não deixa, no entanto, de ser surpreendente na medida em que se desejava que um modelo desenvolvido pela APA deveria ser independente dos pontos de vista das partes envolvidas, SGRU's e entidades gestoras do SIGRE.

De facto, o que se verifica na definição do modelo de empresa padrão é a aplicação do mesmo raciocínio do modelo SPV e utilizando, em grande parte, os mesmos valores para as suas variáveis, valores esses que já tinham sido totalmente rejeitados pelos SGRU's em 2013, sendo disso exemplo



42

os valores apontados para a densidade de materiais nos ecopontos, as taxas de refugo, os aumentos de densidade na operação de recolha, entre muitas outras variáveis.

Pelo exposto não podem os SGRU's aceitar o modo como este ponto, tão relevante para a sustentabilidade das suas operações e para o cumprimento das suas obrigações, se encontra a ser desenvolvido.

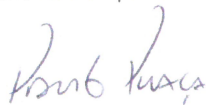
Deste modo vimos informar que os SGRU's, através da ESGRA e da EGF, irão proceder a uma reapreciação das variáveis de base do modelo do IST, e apresentarão uma posição conjunta de análise crítica, senão de todas as variáveis, pelo menos das mais relevantes.

Para que esta tarefa possa ser prosseguida de uma forma transparente torna-se imprescindível que a APA disponibilize, no mais curto espaço de tempo possível, o modelo na sua versão editável, tal como já solicitado pela ESGRA e à semelhança do procedimento adotado em 2013, pois só assim poderão estar reunidas as condições mínimas de uma apreciação fundamentada das propostas agora efetuadas.

Igualmente perante a importância do tema em causa e face à forte adesão das variáveis do IST à proposta original da SPV de 2013, sem sequer atender aos poucos consensos que se estabeleceram nessa altura sobre a incorreção de alguns parâmetros, informamos que não será possível responder à análise por vós solicitada até ao dia 16 de Janeiro, a qual será substituída por uma apreciação rigorosa de todas as variáveis consideradas no modelo.


Solicitamos adicionalmente que a disponibilização do modelo supra solicitada seja precedida de uma reunião da equipa do IST com a equipa da ESGRA/EGF que irá conduzir a apreciação do mesmo.

Com os melhores cumprimentos,



Paulo Praça

Presidente da Direção ESGRA



João Pedro Rodrigues

Administrador EGF